

**DO PÚLPITO AO PARLAMENTO: AS INFLUÊNCIAS RELIGIOSAS NO
COMPORTAMENTO POLÍTICO DA BANCADA EVANGÉLICA**

Rafael Rodrigues da Costa¹

Luciana Silveira²

RESUMO

O presente estudo busca compreender quais fatores de influência recíproca existem entre os deputados e senadores da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), mais conhecida como Bancada Evangélica, e os respectivos modelos eclesiais das denominações que eles participam. A hipótese é de que os modelos de organização de cada denominação representada no Congresso Nacional acabam por colaborar na configuração do comportamento político dos parlamentares envolvidos.

Uma Frente Parlamentar é uma associação civil de caráter pluripartidário, instituída com o propósito de influenciar diretamente nas políticas públicas sob o prisma de interesses ideológicos específicos, diferenciando-se dos tradicionais “grupos de interesse” estudados no âmbito da Ciência Política porque seus membros detém, efetivamente, mandato legislativo. No campo dos estudos de Ciência Política, começa a se constituir bibliografia relevante a respeito das atuações das frentes parlamentares; porém, não há ainda pesquisas que articulem a atuação da Bancada com os modelos eclesiais denominacionais, isto é, que destrinche as cosmovisões defendidas pela FPE a partir das organizações religiosas de origem de seus membros.

O modelo eclesial de uma denominação é o ordenamento institucional convencionado no interior das congregações por meio de suas lideranças. Segundo Alencar (2005), estes modelos acabam por configurar um determinado

¹ Graduando em Sociologia e Política da Fundação Escola de Sociologia de São Paulo – FESPSP. E-mail: rafa.rcosta@gmail.com

² Mestre em Sociologia pela Universidade de Campinas – Unicamp . E-mail: lsilveira@fespsp.org.br

comportamento político dos fiéis, uma vez que a igreja é tida por estes como a representação terrena do Reino de Deus e, por esta razão mesma, o modelo perfeito ou ideal de organização política. Como os fiéis são também eleitores e políticos, tal comportamento político extravasa para o reino dos homens, o Estado, contagiando tanto o voto como a atuação dos políticos eleitos na esfera pública.

Esse artigo se baseia em entrevistas semiestruturadas com parlamentares e está fundamentado na teoria da modernização de Inglehart e Welzel (2005): o Brasil seria um país de “valores tradicionais” (dentre outros, valores religiosos e autoritários) que se expressam em suas instituições, inclusive políticas.

Observar o horizonte político e cultural apreendido por esses evangélicos que legislam no Estado é em um só tempo detectar quais valores e práticas endossam a atuação destes políticos dentro do poder público e avaliar se é possível haver no campo religioso em disputa algum tipo de agenda política evangélica em comum capaz de balizar a atuação da bancada.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo busca compreender quais fatores de influência recíproca existem entre os deputados da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), mais conhecida como Bancada Evangélica, e os respectivos modelos eclesiais das denominações que eles participam. A hipótese é de que os modelos de organização de cada denominação representada no Congresso Nacional acabam por colaborar na configuração do comportamento político dos parlamentares envolvidos.

O modelo eclesial de uma denominação é o ordenamento institucional convencionado no interior das congregações por meio de suas lideranças. Segundo Alencar (2005), estes modelos acabam por configurar um determinado comportamento político dos fiéis, uma vez que a igreja é tida por estes como a representação terrena do Reino de Deus e, por esta razão mesma, o modelo perfeito ou ideal de organização política. Como os fiéis são também eleitores e políticos, tal comportamento político extravasa para o reino dos homens, o Estado, contagiando tanto o voto como a atuação dos políticos eleitos na esfera pública.

Sem perder de vista a teoria da modernização de Inglehart e Welzel (2005), o Brasil seria um país de “valores tradicionais” (conservadores, em oposição aos

valores progressistas) que se expressam em suas instituições, inclusive políticas. Longe de ser a exceção, o autoritarismo como prática institucional seria a regra básica do jogo. Nesse contexto, não seria estranha a representação parlamentar de caráter religioso, pautada na defesa dos valores morais da religião cristã.

Não foi possível para a redação final deste artigo apresentar o conteúdo das entrevistas realizadas com os deputados porque esse material está em fase de degravação. Tendo em vista que essa pesquisa está em seu estágio inicial, ainda na etapa de levantamento bibliográfico a fim de verificar o estado da arte em seu campo, qual seja, uma sociologia da religião e da política, optou-se por apresentar as primeiras definições do objeto e também por apresentar o primeiro tratamento dos dados disponíveis, qual seja: mapear as denominações, partidos e UFs dos componentes da Frente Parlamentar Evangélica, bem como outras filiações ideológicas que estes porventura tenham (e que alguns deputados, de fato, tem).

Este artigo está estruturado em: apresentação da trajetória da Frente Parlamentar Evangélica, bem como sua composição denominacional e partidária; breve contextualização das denominações majoritariamente representadas; e, à guisa de conclusão, algumas perguntas que considera-se importante responder no decorrer dessa pesquisa. A primeira e inevitável dessas questões é em que medida a frente suprapartidária se articula de fato em defesa dos valores conservadores cristãos e não como uma organização centralizada em um agente legislativo que buscou para si o protagonismo que a tradição político-autoritária brasileira reservou ao poder Executivo.

2. A FRENTE PARLAMENTAR E SEU CONTEXTO

A Carta de 1988, marco fundamental do fim do regime militar (1964-1985) e da abertura democrática iniciada na convocação da Assembleia Constituinte (1986), trouxe em seu bojo a opção pelo regime presidencialista e pelo sistema bicameral de representação parlamentar. Esse arranjo teria resultado em maior controle da agenda pública por parte do Executivo e, conseqüentemente, da própria atividade legislativa, um traço herdado do período militarista (FIGUEIREDO, LIMONGI 1995, p.10 *apud* LOPES, 2013:, p.7).

SEMINÁRIO FESPSP “CIDADES CONECTADAS: OS DESAFIOS SOCIAIS NA ERA DAS REDES”

17 a 20 de outubro/2016
GT 11 –PARTIDOS POLÍTICOS

A proposta parlamentarista (1993) pode ser vista como uma tentativa de reformar esse aspecto de “definhamento” do Legislativo. Assim, desde a redemocratização do país, a cultura política tem sido a de um Congresso “a reboque” do Executivo: caberia a este propor uma agenda para levar a cabo o plano de governo avalizado pelas urnas e caberia aos parlamentares aprovar essas propostas. Essa cultura remete ao período militar, própria de um regime que manteve o Parlamento como “legitimação” de seu poder, administrado por uma tecnocracia emergente, seguindo modelo de dominação semelhante ao apresentado por Weber em sua caracterização da República de Weimar (WEBER, 1980, p.7): um Executivo forte, apoiado no poder tecnocrático (ou burocrático) e um Legislativo enfraquecido.

Essa cultura política centralista, que atribui ao Executivo a função de locomotiva da agenda pública, colide com o multipartidarismo, cujo pressuposto é a complexidade estrutural da sociedade brasileira e a necessária representação dos interesses sociais heterogêneos; seria a pulverização do poder repartido em múltiplos interesses.

Sem entrar no mérito da real representatividade dos partidos políticos contemporâneos (algo de que outros pesquisadores se ocupam, como Peter Mair), os partidos políticos são vistos com desconfiança crescente pela opinião pública³, mas a formação de *bancadas suprapartidárias* com base em interesses comuns, para além dos partidos, aparentemente não tem sido percebida como uma deturpação do papel de representação de interesses *da sociedade* na esfera parlamentar. No entanto, a comparação das *bancadas* ou *frentes* suprapartidárias aos grupos de pressão (cf. LOPES, 2013; SIMIONATTO, COSTA, 2012) é falha ao não levar em conta uma diferença relevante: grupos de pressão são, por sua natureza, grupos pequenos que se mobilizam, ativa e financeiramente, para influenciar gestores e decisores públicos por meio de *lobbies*, mas também se articulam para alterar as percepções de opinião pública – atuam, portanto, em duas

³ Alguns *surveys* são conduzidos no Brasil a partir do tema da confiança popular nas instituições, como o ICJ Brasil (FGV, publicação trimestral) e o ICS (Ibope, divulgação anual).

SEMINÁRIO FESPSP “CIDADES CONECTADAS: OS DESAFIOS SOCIAIS NA ERA DAS REDES”

17 a 20 de outubro/2016
GT 11 –PARTIDOS POLÍTICOS

frentes distintas: a da *sociedade civil* e a da *sociedade política*. Parlamentares, porém, não se articulam para influenciar a opinião pública; eles tendem a ser alvo dos grupos de interesse, não necessariamente participantes desses grupos.

As bancadas fazem parte da tradição política brasileira recente desde 1945, com interrupção durante o regime militar, mas ressurgindo no processo da Constituinte (SIMIONATTO, COSTA, 2012 p.219), o que torna a Redemocratização um período complexo, na medida em que reúne características políticas dos regimes anteriores, como a centralidade da figura do Executivo Federal e a própria formação de bancadas suprapartidárias para atuação no Legislativo Federal.

A inserção dos pentecostais na política partidária ocorreu quase simultaneamente ao processo de redemocratização do país. Com os ventos da renovação política, sobreveio aos pentecostais grande preocupação acerca da influência política da Igreja Católica no cenário nacional, encarada pelas principais denominações evangélicas como uma ameaça a um retorno à condição de religião oficial do Estado e, conseqüentemente, oferecendo um risco as suas liberdades religiosas. Além do perigo católico, outra ameaça veiculada pelas lideranças pentecostais dizia respeito aos grupos tidos como adversários tais como homossexuais, feministas e religiões afro-brasileiras (cf. SYLVESTRE, 1986). Na visão dos líderes,

(...) sua presença e participação na Constituinte era crucial, para combater, sobretudo, a descriminalização do aborto e do consumo de drogas, a união civil de homossexuais e a imoralidade, defender a moral cristã, a família, os bons costumes, a liberdade religiosa e de culto e inserir símbolos religiosos (Bíblia) na nova Constituição. Tratava-se, portanto, de ingressar na política partidária para defender sua liberdade religiosa e a moralidade cristã tradicional e para fazer oposição direta a seus adversários religiosos e laicos (MARIANO, 2009, p.116).

Assim surge a chamada *bancada evangélica* em 1986 (MARIANO, 2009, p.115) que culminou na Frente Parlamentar em 2003 (TREVISAN, 2013, p.31), quando na 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados, a partir do Ato da Mesa Diretora nº69/2005, as bancadas passaram a ter existência oficial, agora sob o nome de *Frente Parlamentar* (FP). Dentre as regras básicas destacam-se a necessária formação a cada nova legislatura e a participação, em cada Frente, de ao menos um terço da Casa. É por esta razão que apenas na atual legislatura a Frente

SEMINÁRIO FESPSP “CIDADES CONECTADAS: OS DESAFIOS SOCIAIS NA ERA DAS REDES”

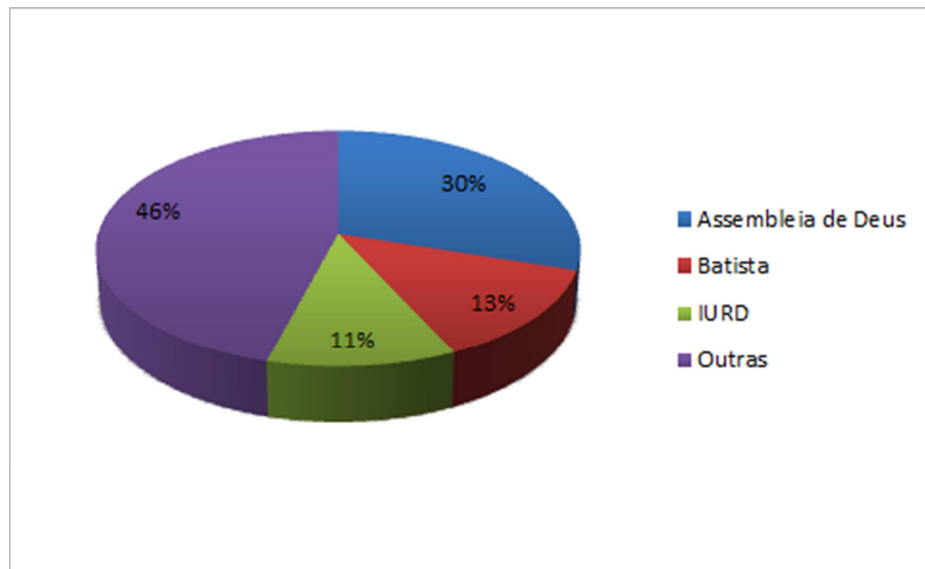
17 a 20 de outubro/2016
GT 11 –PARTIDOS POLÍTICOS

Parlamentar Evangélica (FPE) obteve o número mínimo necessário para sua instalação oficial, coincidentemente capitaneada por um presidente da Câmara (Eduardo Cunha, PMDB/RJ) que buscou para si o protagonismo histórico que nossa cultura política tem reservado ao chefe do poder executivo.

A institucionalização da Frente Parlamentar Evangélica apenas em 2015, quase 30 anos após a ruptura da “tradição quietista” das igrejas pentecostais, quando passaram a se envolver ativamente com a política e as eleições (MARIANO, 2009, p.115), pode ser produto de uma conjuntura específica, fruto da vontade de um artífice – um desdobramento a se observar na próxima legislatura se a FPE não reunir novamente as assinaturas de que precisa – mas também da eleição de um Congresso tido e havido pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) como “o mais conservador desde 1964”, uma interpretação que se generalizou nos meios de comunicação.

Cumprir ressaltar algumas diferenças entre a primeira bancada evangélica suprapartidária na Constituinte e a que hoje atua na Câmara. Em meados de 1980, as lideranças eclesiais, em particular as das Assembleias de Deus (AD), conseguiram eleger 18 representantes no Congresso Nacional, algo que mudou qualitativamente a representação cristã, até então formada por protestantes históricos (MARIANO, 2009, p.116). Esse protagonismo das AD e do pentecostalismo ainda hoje se mantém, como é possível depreender da composição atual da FPE (ver Figura 1). A diferença é que são escolhidos para cumprir a *vocação política* das igrejas não mais os *melhores crentes* (isto é, aqueles de reputação, moral e piedade ilibadas), mas os *mais preparados* profissionalmente para a vida política (TREVISAN, 2013, p.36).

Figura 1 - Denominações presentes na Frente Parlamentar Evangélica



(elaboração nossa)

Dos 202 deputados que compõem a base de dados dessa pesquisa (lembrando que suplentes assumem mandatos), 31 parlamentares pertencem à outras duas Frentes Parlamentares de caráter religioso. Ao todo, 62 deputados são vinculados à Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana e 74 são vinculados à Frente Parlamentar Católica. Esses dados sugerem duas coisas: primeiro, que a FPE já não tem mais um caráter estritamente denominacional, corroborando a etnografia de Duarte (2012) a respeito dos cultos realizados na Câmara, dos quais alguns participantes chegavam próximo ao término do ato religioso apenas para interagir e *parlamentar* uns com os outros, sobretudo para pedir votos. Segundo, reforça a hipótese de Trevisan (2013) para quem a atividade parlamentar reúne homens brancos e conservadores, o que explicaria não apenas a afinidade dos demais parlamentares com os deputados que se confessam *crentes*, como também justificaria as vitórias da FPE em algumas pautas tidas como conservadoras.

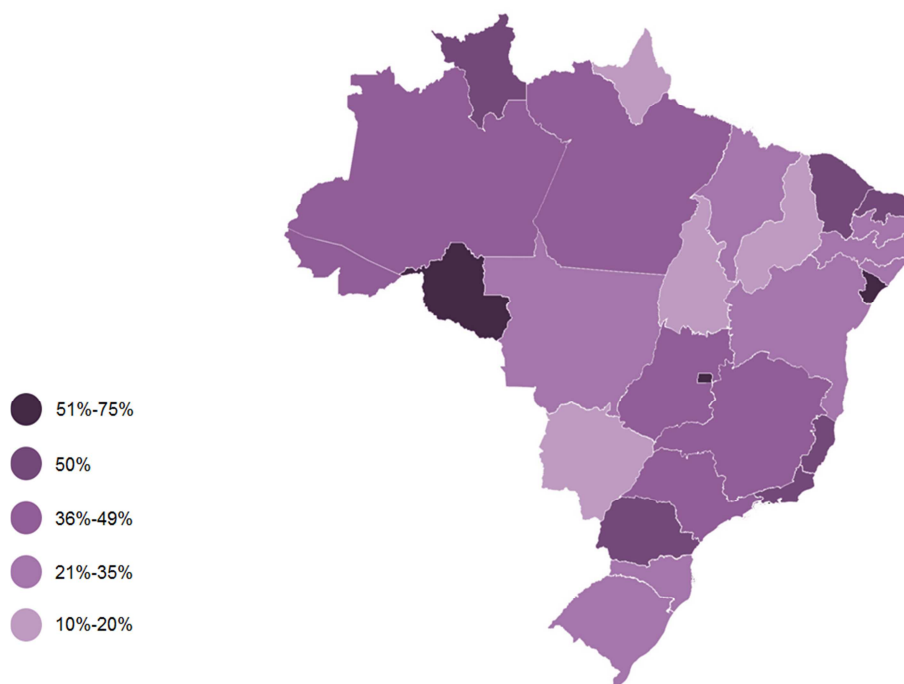
No Mapa 1, apresenta-se a densidade da FPE por Unidade da Federação: proporcionalmente aos representantes eleitos para a Câmara dos Deputados, Rondônia, Distrito Federal e Sergipe são os estados com maior densidade. Tome-se, por exemplo, Rondônia: em 2014, 8 deputados foram eleitos para representar o estado; 6 deles são membros da FPE.

SEMINÁRIO FESPSP “CIDADES CONECTADAS: OS DESAFIOS SOCIAIS NA ERA DAS REDES”

17 a 20 de outubro/2016
GT 11 –PARTIDOS POLÍTICOS

Em se tratando de números absolutos, porém, a Região Sudeste, liderada por São Paulo, é a que apresenta maior número de componentes da FPE, traço que corrobora o crescimento das denominações pentecostais (em particular, as neopentecostais) nas franjas periféricas das regiões metropolitanas.

Mapa 1 - Densidade FPE por UF



(elaboração nossa)

Além disso, o fato de 55 parlamentares da FPE não terem uma vida religiosa pública e, paradoxalmente, vincular-se publicamente a (no mínimo) uma associação religiosa no Parlamento acabam por denotar o peso político da Frente no poder legislativo. No entanto, cabe-nos perguntar: essa súbita adesão de não-religiosos e pessoas de outras religiões em 2015 foi feita tão somente por simpatia ao movimento evangélico ou ela servia, na verdade, como uma estratégia do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), de concentrar a sua influência em uma entidade capaz de lhe conferir uma ampla margem de articulação e negociação no Congresso? É uma pergunta ainda sem resposta.

Ainda sobre influência, ao comparar a base de referência à lista divulgada em Agosto de 2016 pelo DIAP dos congressistas mais influentes⁴ foi possível verificar que dos 62 deputados “Cabeças do Congresso”, 13 são vinculados à FPE – quase 21% da lista. Destes 13, apenas 4 não participam de outras Frentes Parlamentares e outros 4 participam das outras duas Frentes de cunho religioso. Isso sugere que as Frentes Parlamentares são espaço de construção da influência individual do congressista, mas não necessariamente da pauta defendida por cada Frente. Essa afirmação poderá ser melhor aquilatada na análise das entrevistas realizadas com os deputados, etapa seguinte da presente investigação.

3. FPE - ESPECTRO IDEOLÓGICO

Com base no alinhamento ideológico estritamente delimitado pela literatura, o PT e o PDT seriam os únicos partidos de esquerda, cabendo ao PMDB e ao PSDB posições ao centro (cf. RODRIGUES, 2001). Ao longo da última década, novos partidos surgiram e algumas práticas políticas tornaram-se publicamente escancaradas, bem como a polarização PSDB-PT acirrou-se mais. Com base no noticiário político e no conteúdo programático dos partidos (SENADO, 2014), optou-se neste artigo por uma classificação heterodoxa, fundamentada principalmente na votação das bancadas partidárias em relação ao processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff em abril de 2016.

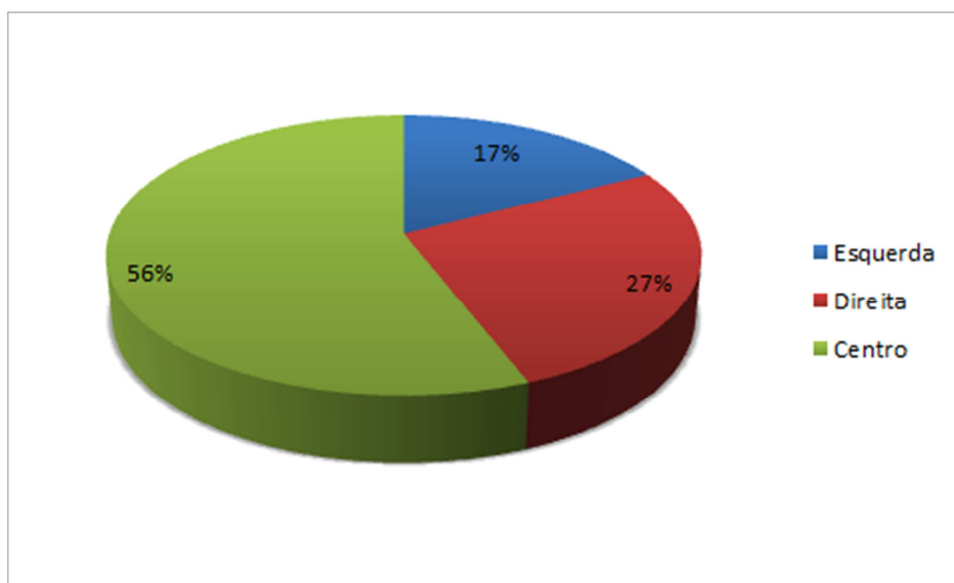
Destarte, considera-se como partidos alinhados à esquerda, além do PT e do PDT, o PCdoB, o PSB e a Rede. Devido às recentes articulações políticas, partidos como PSDB, PPS, PR, PSC e DEM são ora classificados como partidos à direita do espectro político, ainda que apenas o PR tenha claramente aderido à doutrina clássica dos partidos de direita. Partidos que fizeram parte da base aliada nos dois

⁴ “Os Cabeças do Congresso Nacional são, na definição do DIAP, aqueles parlamentares que conseguem se diferenciar dos demais pelo exercício de todas ou algumas das qualidades e habilidades aqui descritas. Entre os atributos que caracterizam um protagonista do processo legislativo, destacamos a capacidade de conduzir debates, negociações, votações, articulações e formulações, seja pelo saber, senso de oportunidade, eficiência na leitura da realidade, que é dinâmica, e, principalmente, facilidade para conceber ideias, constituir posições, elaborar propostas e projetá-las para o centro do debate, liderando sua repercussão e tomada de decisão. Enfim, é o parlamentar que, isoladamente ou em conjunto com outras forças, é capaz de criar seu papel e o contexto para desempenhá-lo” (DIAP divulga lista dos Cabeças do Congresso Nacional 2016, 2016)

mandatos de Dilma Rousseff, mas se afastaram, autorizando a instauração do processo de *impeachment* no Senado, são considerados como “o centrão”, o que incluiria o PMDB.

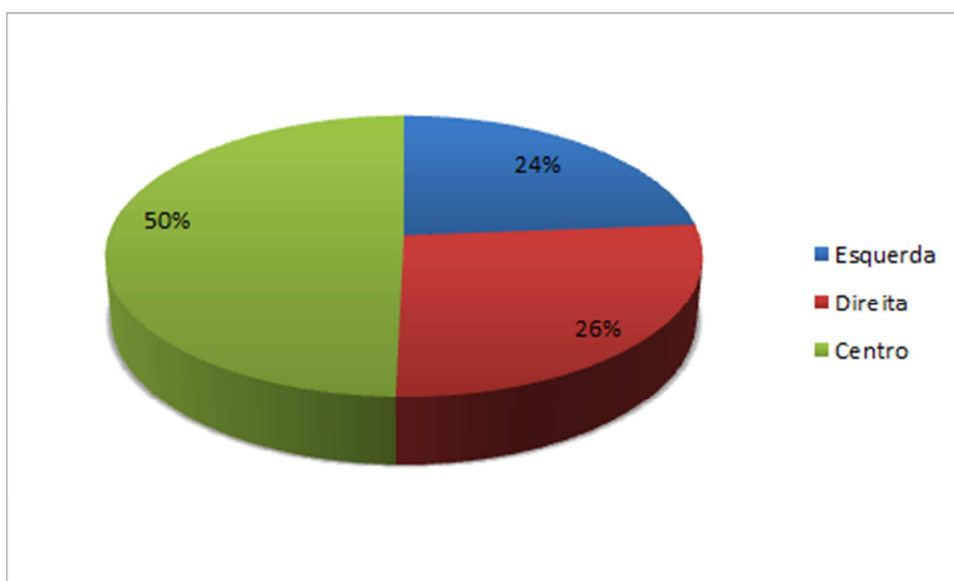
Com base nessa (re)classificação, apresenta-se na Figura 2 o alinhamento ideológico aproximado dos partidos representados na FPE e na Figura 3 o respectivo alinhamento dos partidos que compõem a atual legislatura na Câmara dos Deputados.

Figura 2 - Alinhamento Ideológico FPE



(elaboração nossa)

Figura 3 - Alinhamento Ideológico - Câmara dos Deputados



(elaboração nossa)

Observando-se a proporção dos partidos representados, é possível inferir que a esquerda aparece sub representada na FPE – o que seria esperado em função da discrepância entre os valores progressistas dos primeiros em relação aos valores conservadores da segunda. Mas não se verificou uma representação maior da direita; antes, os partidos de centro aparecem como a maioria da Frente Parlamentar. Essa ascensão não parece ser casual, dado que o protagonismo de Eduardo Cunha trouxe para si uma base parlamentar que o Executivo não soube aproveitar.

Considerando-se que a perda do apoio dos partidos do “centrão” foi crucial para a perda do mandato de Dilma Rousseff, é coerente que os evangélicos, antes aliados no primeiro mandato (cf. TREVISAN, 2013), tenham votado em peso (97% dos deputados da FPE) contra o governo em abril de 2016.

4. CONCLUSÃO

Em que pese um expressivo número de não-evangélicos na composição da Frente (47%), pode-se dizer que a FPE ainda se preserva majoritariamente evangélica (53%), e sobretudo, pentecostal. Para além das curiosidades estatísticas, a pentecostalização do Legislativo se torna um dado importante especialmente quando temos em vista a relevância da religião na conformação do comportamento político dos sujeitos que dela participam.

No caso específico do cristianismo, o modelo de organização religiosa no interior das igrejas é comumente associado por seus líderes ao modelo do Reino de Deus, isto é, região celestial onde o Deus único, bom e perfeito governa eterno e absoluto. Sendo a igreja criada e conduzida por Deus, o modelo organizacional que a estrutura é aprendido como o modelo perfeito - e assim os fiéis acabam por incorporar o comportamento político específico do seu rebanho, com a tendência de reproduzi-lo em outros espaços.

Foi com base nessa constatação que Tocqueville (1987) observou a íntima relação entre as seitas anabatistas e a noção moderna de democracia na formação da sociedade norte-americana - uma relação que Weber chamaria por “peculiaridade

SEMINÁRIO FESPSP “CIDADES CONECTADAS: OS DESAFIOS SOCIAIS NA ERA DAS REDES”

17 a 20 de outubro/2016
GT 11 –PARTIDOS POLÍTICOS

espiritual inculcada pela educação”, que acaba por conformar e estimular os indivíduos a um determinado tipo de ação no mundo (TOCQUEVILLE, 2004, p.33).

Voltando-se para a realidade pentecostal brasileira, é possível notar de modo ainda mais sensível tal peculiaridade, uma vez que historicamente a maior parte dos fiéis esteve alheio a uma educação formal e secular, estando restrito, em grande medida, a se sociabilizar somente com as pessoas de sua comunidade ou denominação. O fator escolaridade, com efeito, é interessante quando comparado à teoria de modernização de Inglehart e Welzel, em que o crescimento econômico, o crescente nível de escolaridade média e a informação tornam as pessoas mais independentes material, intelectual e socialmente; condições estas que influem na mudança cultural - do tradicional ao moderno - (INGLEHART, WELZEL, 2005, p.19) e na própria qualidade da democracia, fortemente influenciada pelo capital social e pela cultura cívica das pessoas. Tendo em vista os baixos índices de escolaridade dos pentecostais combinado a outros indicadores sociais críticos⁵, talvez seja possível estabelecer um comparativo entre os fatores educacionais e econômicos na configuração do comportamento político do pentecostal tanto em relação ao voto como a atuação destes na FPE.

Conforme aponta Trevisan, grande parte dos políticos evangélicos provém dos mesmos meios socialmente vulneráveis que os membros de suas igrejas e deram início na vida política por meio delas (TREVISAN, 2013, p.40). Com base nestes dados, será possível afirmar que há, em certa medida, “afinidades eletivas”⁶ entre o comportamento político dos deputados evangélicos com o modelo eclesial de suas denominações? Os resultados ainda estão em fase de desenvolvimento, mas as perguntas permanecem em aberto.

⁵ De acordo com os dados do último Censo, 32,2% dos pentecostais ganham até 1 salário mínimo.

⁶ O termo “afinidades eletivas” aqui utilizado faz referência a acepção weberiana, interpretada por Michel Löwy como “um tipo muito particular de relação dialética que se estabelece entre duas configurações sociais ou culturais, não redutível à determinação causal direta ou à influência no sentido tradicional. Trata-se, a partir de uma certa analogia estrutural, de um movimento de convergência, de atração recíproca, de confluência ativa, de combinação capaz de chegar até a fusão” (LÖWY, 1989, p.13)

5. REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gedeon. **Protestantismo Tupiniquim: hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira**. São Paulo: Arte Editorial, 2005

DIAP divulga lista dos Cabeças do Congresso Nacional 2016. Disponível em: <https://goo.gl/LVvVAV>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

DUARTE, Tatiane dos Santos. A participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo brasileiro: ação política e (in)vocação religiosa. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 14, n. 17, p. 53-76, Jul./Dic. 2012.

INGLEHART, Ronald. WELZEL, Christian. **Modernization. Cultural Change and Democracy**. New York: Cambridge Press, 2005

LOPES, Noemi Araujo. **A Frente Parlamentar Evangélica e sua atuação na Câmara dos Deputados**. Brasília, 111fls, Monografia Curso de Ciência Política - UnB, Dezembro 2013.

LÖWY, Michael. Sobre o conceito de afinidade eletiva. In: **Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa central**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: SANTOS, Hermílio. **Debates pertinentes – para entender a sociedade contemporânea volume 1**. pp. 112-139. RS: PUCRS, 2009.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Direita, Centro e Esquerda: Partidos, Ideologia e Composição Social. Comunicação apresentada no Seminário Temático “Partidos, Eleições e Representação Política”. **XXV Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, MG, 16 a 20 de outubro de 2001. Disponível em: <https://goo.gl/xUGiym>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

SENADO FEDERAL. **Partidos Políticos brasileiros – Programas e diretrizes doutrinárias**. Brasília, 2014. Disponível em <https://goo.gl/ICufxl>. Acesso em 20 de setembro de 2016.

SYLVESTRE, Josué. **Irmão vota em irmão**. São Paulo: Ed. Pergaminho, 1986.

SIMIONATTO, Ivete. COSTA, Carolina Rodrigues. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. **Temporalis**, Brasília, ano 12, n.24, p.215-237, 2012.

TREVISAN, Janine. A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v.16, n.1.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**, 2. ed. Belo Horizonte: 1987.

WEBER, Max. Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída: uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária. In: **Os Pensadores**. SP: Abril, 1980.

SEMINÁRIO FESPSP “CIDADES CONECTADAS: OS DESAFIOS SOCIAIS NA ERA
DAS REDES”

17 a 20 de outubro/2016
GT 11 –PARTIDOS POLÍTICOS

_____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.